

Entrevista a María Luiza Heilborn, Brasil (En Portugués)

Interrelações entre advocacy e academia.

Prólogo

Meu depoimento aqui é retirado de artigos que publiquei sobre o tema das relações entre feminismo e academia no Brasil e outro sobre saúde e direitos humanos.

Trata-se de uma posição pessoal e não de um posicionamento institucional do Centro Latino Americano de Sexualidade e Direitos Humanos. Estes trechos refletem minhas concepções enquanto intelectual sobre determinados temas.

1. Relações entre Academia e Advocacy

De fato a última década do século XX viu florescer uma nova geração de direitos humanos que concernem o âmbito da vida privada, a saber os direitos sexuais e reprodutivos. Contudo é bom lembrar que essa onda, promovida pelas conferencias internacionais reflete movimentos sociais bem mais enraizados na história como o movimento feminista e/ou de mulheres e o movimento homossexual.

A relação entre produção de conhecimento e ativismo sempre caracterizou por exemplo o chamado campo dos estudos de gênero. Historiar um pouco essa afirmativa com o exemplo do que se passou no Brasil pode ser útil.

Contrariando certas análises da história da sociologia como a construção de um discurso à parte, cumulativo e puramente acadêmico a consolidação dos estudos de gênero nas ciências sociais indica que o discurso sociológico é permeado e reformulado por novas reflexões e entendimentos que se originam fora de seus limites organizacionais.

Contudo, o modo como um campo disciplinar incorpora e elabora discursos originados fora dele depende simultaneamente da organização interna da comunidade de cientistas (sociais), mais ou menos permeável a inovações, e da capacidade desses discursos ganharem reconhecimento no meio acadêmico.

No Brasil, as relações entre o movimento feminista e a academia ocorre em cenário particular. Em primeiro lugar, o movimento feminista brasileiro nunca teve a inspiração radical presente na contraparte norte-americana ou europeia de crítica ao establishment acadêmico. Os problemas sociais em sociedade altamente desigual impôs ao feminismo brasileiro uma orientação muito mais moderada no que diz respeito ao confronto entre os sexos e mais articulada ao discurso dominante nas esquerdas. Em segundo lugar, o feminismo contou desde a sua origem com expressivo grupo de acadêmicas, a tal ponto que algumas versões de sua história consideram que o feminismo apareceu

primeiro na academia e, só mais tarde, teria se disseminado entre mulheres com outras inserções sociais. As acadêmicas, por sua maior exposição a idéias que circulam internacionalmente, estavam numa posição privilegiada para receber, elaborar e disseminar as novas questões que o feminismo colocara já no final da década de sessenta nos países capitalistas avançados.

Assim, quando o movimento de mulheres no Brasil adquire visibilidade, a partir de 1975, muitas das suas ativistas ou simpatizantes já estavam inseridas trabalhavam nas universidades.

À diferença do que ocorreu nos Estados Unidos, as feministas da academia não desenvolvem estratégias de enfrentamento com as organizações científicas e com os departamentos a que estão vinculadas e concentram os seus esforços, quase que exclusivamente, na área da pesquisa social. Por certo, ao longo do tempo foram criados núcleos de estudo em muitas universidades e em centros de pesquisa do país mas nenhum deles se transformou em uma unidade própria de ensino. Assim, a diferença fundamental entre a institucionalização dos estudos feministas nos Estados Unidos e no Brasil é que aqui as acadêmicas, ao invés de construir espaços alternativos, procuraram se integrar à dinâmica da comunidade científica nacional mediante a obtenção do reconhecimento do valor científico de suas preocupações intelectuais pelos profissionais das ciências sociais.

Os *Estudos sobre Mulher*, *Estudos de Gênero* ou de *Relações de Gênero* foram as fórmulas encontradas para institucionalizar a reflexão impulsionada pelo diálogo com o feminismo na academia brasileira. A escolha de uma ou outra destas denominações não é ingênua nem arbitrária, pelo contrário, remete às controvérsias sobre a natureza e os limites desta área de estudos.

Na década de setenta estudos sobre mulher foi a denominação mais comum utilizada para caracterizar esta nova área de estudos. A partir da década de oitenta observa-se uma gradativa substituição do termo mulher, uma categoria empírica/descritiva, pelo termo gênero, uma categoria analítica, como identificador dos estudos feministas no país. Em termos cognitivos esta mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícitos no uso dos termos sexo ou diferença sexual, enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino de tal forma que os homens passaram a ser incluídos no quadro analítico e ainda favoreceu uma abordagem que focaliza a estrutura social mais do que os indivíduos e seus papéis sociais.

Gênero, como uma categoria de análise, também foi usado pelas acadêmicas feministas para criticar os pressupostos que informam os principais paradigmas da teoria social. Em outras palavras, não se tratava apenas de entender a relevância das relações de gênero na organização da vida social mas como o gênero afeta o próprio conhecimento produzido pelas ciências sociais. As versões mais radicais desta crítica, como aquelas que postulam uma epistemologia feminista e desqualificam a teoria sociológica como

androcêntrica, tiveram pouco impacto no Brasil. Talvez esse seja mais uma evidência da pouca disposição das acadêmicas feministas em assumir uma posição de confronto ou de isolamento na academia.

Para além da relevância cognitiva, a adoção do conceito de gênero em substituição aos termos mulher e feminismo favoreceu a aceitação acadêmica desta área de pesquisa, na medida em que despolitizou uma problemática que tendo se originado no movimento feminista, mobilizava preconceitos estabelecidos.

Nota-se, também, que o interesse pelo tema já não depende, como antes, de motivação política, haja vista, a proliferação de teses de mestrado e doutorado de jovens pesquisadores sem qualquer vínculo militante com o movimento feminista. Da mesma forma nota-se que homens vêm sendo atraídos pelas questões relativas à masculinidade e sexualidade, alterando a composição sexual do campo.

Estas considerações são motivadas pela crença de que se de um lado a produção de conhecimento obedece a determinados cânones, ela deve estar conectada ao espírito e questões do seu tempo sem que o discurso do ativismo tome lugar no campo da análise científica, embora esta responda a perguntas e tensões que a sociedade civil coloca.

2. Pontos de Vista sobre a interseção entre saúde, sexualidade e direitos humanos.

Os discursos e práticas referidos à saúde pública e aos direitos humanos partilham o mesmo momento histórico de surgimento, datado de cerca de 200 anos atrás. No entanto, tradicionalmente, têm se mantido de algum modo apartados. A saúde pública aparece, mesmo nos textos das convenções de direitos humanos, como um dos fatores que permitem a suspensão de alguns direitos. As práticas tradicionais de saúde pública expressam uma relação problemática entre os direitos subjetivos e os direitos sociais de coletividades, na qual os primeiros são muitas vezes negligenciados e até violados em nome dos segundos. Esta cisão aparece como entrave ao potencial emancipatório dos direitos humanos na medida em que os direitos sociais devem garantir as condições para o pleno exercício da cidadania dos indivíduos

A história social da medicina registrou recentemente a incorporação da sociedade civil organizada na elaboração de políticas de saúde. E tal mudança tem demonstrado, e não apenas nos casos da epidemia de Aids em alguns países, a possibilidade de equilibrar a relação entre direitos subjetivos e direitos sociais na prática da saúde pública.

Deve-se sempre considerar, e o Centro Latino Americano de Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) tem adotado essa perspectiva, que se há um potencial emancipatório dos direitos humanos a partir de sua condição de instrumento relevante para a construção de um espaço público democrático,

deve-se ter em conta que sua lógica pode ser reificada e por vezes desconsiderar a realidade de contextos culturais muito distintos. Deve-se estar atento para não considerar seus parâmetros como leis naturais (a-históricas e universais), numa espécie de novo fundamentalismo. Há que se reconhecer que várias sociedades possuem suas próprias concepções de dignidade humana e que todas essas concepções – inclusive as afirmadas através dos direitos humanos - são a princípio incompletas. Nesse sentido, são necessários o reconhecimento e o respeito à alteridade bem como o diálogo/negociação entre diferentes concepções de dignidade humana. Se o debate desencadeado pelos direitos humanos pode evoluir para um diálogo competitivo entre culturas diferentes sobre tais concepções, a competição deve se pautar por exigências máximas e não por denominadores comuns mínimos. Significa que na luta pela implementação dos direitos humanos há inevitáveis armadilhas da ênfase na igualdade ou diferença, e assim consideramos que *“as pessoas e grupos sociais têm direito a serem iguais quando a diferença as inferioriza, e o direito a serem diferentes quando a igualdade as descaracteriza.”* (Boaventura Santos, 1997:122).

3. Um exemplo de atividades de interrelação entre advocacy e academia.

No Brasil as paradas do orgulho gay (GLBT) se transformaram nos últimos anos em manifestações de grande afluência de público e militantes nas grandes cidades do país. Há até mesmo apoio das prefeituras para a realização desses eventos. O CLAM, em parceria com o CESEC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes) e o grupo ativista homossexual Arco IRIS resolveu implementar uma pesquisa durante a parada de 2003 no Rio de Janeiro sobre o tema da vitimização dos homossexuais (seja ela o insulto verbal, ameaça e agressão) buscando com isso visibilizar dados sobre a homofobia no país.

O projeto concebe a realização de pesquisas similares nos próximos anos em outras cidades do Brasil. A intenção é, de um lado, fazer desse evento - a parada - um local de realização de pesquisa que possibilite a produção de conhecimento sobre indivíduos e grupos que se identifiquem com a causa homossexual e que têm dificuldades de visibilização social, e de outro lado, permitir que os grupos ativistas homossexuais possam contar com dados (cientificamente produzidos) que reflitam a discriminação a que pessoas homossexuais são expostas. Os dados encontrados numa amostra de 468 entrevistados, realizada através de um questionário de 43 perguntas (características demográficas, construção de identidade sexual, perfil político, formas de sociabilidade e vitimização) mostram que 56,3% foram alvos de xingamentos e ofensas pelo fato de serem reconhecidos como homossexuais. Este dado pode ser utilizado como um dos argumentos importantes para a denúncia e documentação de atos de discriminação por orientação sexual. Cumpre lembrar que no Brasil a ofensa verbal relativa à cor/etnia é tipificada enquanto crime. Os dados sobre vitimização homossexual podem ajudar na luta para o reconhecimento da homofobia.